

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE DE PARANAÍBA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E SOCIEDADE.**

**JOÃO PEDRO HYPOLITO PISA**

**Políticas públicas educacionais no município de Paranaíba - MS.**

**Paranaíba-MS**  
**2021**

**JOÃO PEDRO HYPOLITO PISA**

**Políticas públicas educacionais no município de Paranaíba - MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Políticas Públicas, Cultura e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Henrique da Silva

**Paranaíba-MS  
2021**

João Pedro Hypolito Pisa

**Políticas públicas educacionais no município de Paranaíba -  
MS**

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de conclusão de curso apresentado e aprovado para a obtenção do título de especialista pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovado em 21/01/2021

Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup>. Luciana Henrique da Silva(Orientadora).

Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup>Lucelia Tavares Guimarães.

Prof.<sup>o</sup>. Dr. Ailtonde Souza.

P753p Pisa, João Pedro Hypolito  
Políticas públicas educacionais no município de Paranaíba-  
MS/ João Pedro Hypolito Pisa. – Paranaíba, MS: UEMS,  
2020.  
90p.

Monografia (Especialização) – Políticas Públicas, Cultura  
e Sociedade – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,  
2020.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Henrique da Silva.

1. Políticas Públicas 2. Estado 3. Educação I. Silva,  
Luciana Henrique da II. Título

CDD 23. ed. - 379

## Políticas públicas educacionais no município de Paranaíba-MS

João Pedro Hypolito Pisa<sup>1</sup>

Prof. Dra. Luciana Henrique da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo busca promover um diálogo entre as políticas públicas enquanto um lugar de constantes disputas e interesses entre classes sociais antagônicas e os processos e disputas que culminam na elaboração e implementação de políticas públicas, em especial as voltadas para a área da educação. Tomamos como objeto de análise o município de Paranaíba, localizado no estado de Mato Grosso do Sul. Realizamos, inicialmente, um movimento de composição teórica acerca do debate clássico da função do Estado diante das sociedades de classes e buscamos, assim, compreender propriamente o que é o Estado moderno (burguês). Passamos, em seguida, ao debate das políticas públicas dentro desse contexto previamente elaborado, ou seja, do Estado de classes. Quais são as disputas, interesses, conflitos, possibilidades de avanços e limites que se encontram dentro da esfera do Estado moderno? Discutimos também as políticas municipais de educação, focalizadas no plano municipal de educação a fim de compreender possíveis continuidades, desacordos, especificidades etc que estejam presentes no âmbito do Plano Municipal de Ensino. A fundamentação teórica sobre as características do Estado, seu papel histórico e sua relação com as classes sociais será Lenin, em O estado e a revolução. Na elaboração sobre as políticas públicas tomamos como referência o estudo de Claudio Gurgel e Agatha Justen G. Ribeiro, Marxismo e políticas públicas, assim como, Ulrich Brand, Estado e políticas públicas. Para realizarmos a análise das metas municipais de educação de Paranaíba - MS utilizamos um documento, o plano municipal de educação (2015) que busca normatizar e elaborar os parâmetros para a educação no município, assim como o relatório de avaliação do PME.

<sup>1</sup> Graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e aluno regular do programa de pós graduação Lato Sensu em Políticas públicas, cultura e sociedade – joapisa@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em ciências sociais pela Universidade Federal de São Carlos, professora do programa de pós graduação Lato Sensu em políticas públicas, cultura e sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - [lucianahds@gmail.com](mailto:lucianahds@gmail.com)

## **Introdução**

Este artigo tem por objetivo traçar um debate acerca da elaboração de políticas públicas voltadas para a educação no município de Paranaíba, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Partimos inicialmente das concepções clássicas do materialismo histórico dialético, localizadas na obra de Lenin, O Estado e a revolução, a fim de conceituarmos nossa compreensão acerca do Estado e, deste modo, delimitarmos ao leitor aquilo que fundamentou historicamente o desenvolvimento do Estado burguês. Buscamos delimitar e conceituar nossa compreensão sobre o Estado tal qual se apresenta no tempo presente justamente pela compreensão de que este é um tema que dentro dos debates teóricos do campo da Sociologia e Ciência Política podem estar fundamentados em diversos teóricos e pertencerem a distintas matrizes do pensamento social. Desta forma iniciamos nossa exposição, justamente, por uma delimitação acerca do lugar teórico e metodológico ao qual pertence esta elaboração afim de nos distanciarmos ao máximo de quaisquer ambiguidades teóricas e metodológicas. Utilizamos para o desenvolvimento histórico do conceito de Estado referenciais que dialogam com maior proximidade do nosso tempo presente sobre o referido tema. Ulrich Brand será de central importância para o desenvolvimento cronológico da temática do Estado e da elaboração e avaliação de políticas públicas, assim como Agatha Justen G. Ribeiro e Claudio Gurgel.

Posteriormente, trataremos do tema específico das políticas públicas como parte deste Estado moderno que se desenvolveu ao longo de conflitos e disputas marcadas por classes sociais antagônicas. Consideramos que esta parte do texto é fundamental para compreendermos os movimentos que consolidam as concepções que analisaremos sobre as políticas educacionais como produtos deste Estado e destes conflitos inconciliáveis, que por sua vez tem suas expressões também no campo da educação.

Dentro do campo educacional o município de Paranaíba – MS será nosso objeto de estudo. Assim, ao analisarmos o documento do plano municipal de educação e sua inserção dentro deste quadro teórico anteriormente elaborado poderemos compreender quais as relações e disputas entre classes sociais que se manifestam na elaboração de

políticas públicas voltadas para a educação e quais os principais atores que estruturam este processo.

No que tange o documento do plano municipal de educação teremos como foco de nossas elaborações a análise do quinto artigo presente no documento, que trata precisamente sobre as metas, análise da situação local e as estratégias traçadas para a municipalidade, sobretudo com ênfase na meta numero 1, que trata do tema específico das questões voltadas para a educação infantil no município.

É importante salientarmos, também, que este artigo é produto das elaborações necessárias para a conclusão do curso de pós-graduação *Latu Sensu* em Políticas públicas, Cultura e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Paranaíba. De tal modo é tanto uma demanda necessária à conclusão dos créditos da referida especialização para a obtenção do título de especialista como, e principalmente, do entendimento por parte do autor da função social da academia diante da sociedade civil ao qual a mesma se insere. Assim, está pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento e avaliação das políticas educacionais locais e para uma maior compreensão dos balizadores teóricos do município no tocante à educação pública.

Agradeço aos participantes diretos e indiretos desta pesquisa e a todos que ao longe deste processo de formação coletiva me ensinaram o que é a universidade pública, laica, gratuita e de qualidade voltada para as demandas e exigências dos trabalhadores e trabalhadoras que a constroem historicamente.

É necessário destacarmos ainda que o desenvolvimento desta pesquisa está inserido, como não poderia deixar de ser, no contexto político social do Brasil. Desta forma é parte da resistência encabeçadas por pesquisadores, ativistas sociais e militantes políticos contra o projeto de desmonte da universidade pública, assim como de todo o Estado que se volta para políticas sociais e de atenção básica a classe trabalhadora.

## 1. Breve contextualização política do Brasil

“A função principal do Estado capitalista [...] é a de consolidar as relações sociais dominantes e dar-lhes certa continuidade, mas também de contribuir, de maneira controlada, para que transitem em direção a novos arranjos convenientes. Dessa maneira, a reprodução socioeconômica, cultural e política funciona aproveitando os conflitos e a crise, transformando-os em oportunidades” (p.127 – UlrichBrand)

O atual governo, na figura do presidente Jair Bolsonaro e seu vice, general Hamilton Mourão, representam o que se consolidou historicamente como a elite brasileira, ou seja, masculina, branca, hetero normativa, racista, agrária e pró imperialista. De tal modo representam em território brasileiro interesses de corporações e políticas que fundamentalmente buscam desenvolver o país para a garantia dos lucros e da dominação do imperialismo, em especial norte-americano, colocando em risco a autonomia nacional e a vida dos brasileiros. O cenário passa a ser ainda mais caótico e violento contra os trabalhadores brasileiros ao passo que se acirra a pandemia da Covid-19, que expõe em todos os sentidos o total despreparo deste governo para lidar com questões centrais como a saúde, a educação, as políticas de assistência social e de seguridade pública.

Nos encontramos na presente data da elaboração deste artigo como um dos focos mundiais da pandemia em números absolutos e proporcionais (como podemos conferir na tabela abaixo), mais precisamente em terceiro lugar no ranking de países com maior número de contaminados (com mais de 7 milhões de casos confirmados e mais de 180,000 mortes, sendo que o número diário de mortes em decorrência da Covid-19 ultrapassa os 1,000).

worldometers.info/coronavirus/

#	Country, Other	Total Cases	New Cases	Total Deaths	New Deaths	Total Recovered	Active Cases	Serious, Critical	Tot Cases/ 1M pop	Deaths/ 1M pop	Total Tests	Tests/ 1M pop	Population
	World	75,159,362	+619,234	1,665,684	+11,075	52,717,394	20,776,284	107,084	9,642	213.7			
1	<a href="#">USA</a>	17,563,193	+166,296	316,988	+2,337	10,242,328	7,003,877	28,275	52,918	955	228,046,927	687,102	331,896,850
2	<a href="#">India</a>	9,977,760	+26,688	144,829	+342	9,519,928	313,003	8,944	7,198	104	157,805,240	113,837	1,386,234,317
3	<a href="#">Brazil</a>	7,110,433	+67,738	184,826	+1,004	6,132,683	792,924	8,318	33,342	867	25,700,000	120,513	213,254,796



Fonte: <https://www.worldometers.info/coronavirus/> (Acessado em 17/12/2020 – as 18:40) (Da esquerda para direita – Ordem dos países, total de casos, novos casos, total de mortes, novas mortes, total de recuperados, casos ativos, críticos ou sérios, total de casos por milhão de habitantes, mortes por milhão de habitantes, total de testes, testes por milhão de habitantes, população)

Diante do exposto é necessário reafirmarmos a importância das políticas públicas e de um Estado que funcione para, ou ao menos se volte, às demandas de sua população e questões objetivas mais imediatas e latentes. Nesse sentido, a fim de evitarmos quaisquer desacordos teóricos, é importante destacarmos que nossa compreensão não parte de uma análise que elabore o Estado como um agente neutro dentro das relações sociais, mas ao contrário disso, assim como os clássicos da tradição marxista nossa análise se fundamenta na agnição do Estado como um agente de classes que paira sobre as sociedades e busca desta forma regular os interesses das classes historicamente dominantes a partir dos mecanismos de controle e poder do Estado burguês.

Dito isso, podemos apresentar que nossa compreensão sobre as políticas públicas, bem como, de todo o processo de elaboração e gestação das políticas é de um processo que se fundamenta em meio a contradições entre as classes sociais. Ou seja, a função primeira do Estado, tal qual se estrutura historicamente, e que iremos aprofundar na próxima seção de nosso desenvolvimento é a manutenção dos privilégios e do poder das elites sobre as classes trabalhadoras. Assim sendo, as políticas públicas podem representar um duplo papel dentro das relações de poder que em essência compõem um mesmo chiaroscuro (claro-escuro), a saber:

- Aumento dos lucros por parte das classes dominantes;
- Diminuição de conflitos e produto de reivindicações históricas.

Apresentamos como partes opostas de uma mesma moeda os dois sentidos possíveis da elaboração de políticas públicas visto que, fundamentalmente representam, por perspectivas distintas, os mesmo interesses dentro do complexo jogo de relações de poder presentes no Estado moderno. Ou seja, ou como fruto de uma ação direcionada por parte das elites, ou como produto de reivindicações históricas dos trabalhadores, o objetivo mesmo da implementação de políticas públicas passa, essencialmente pela garantia do lucro das elites e pela preservação das relações de poder tal qual se consolidaram no passo da história moderna.

A estruturação de um determinado aparelho estatal, de seus servidores, de seu orçamento e suas regras mostram como sua atenção está voltada mais para

certos problemas (por exemplo, a propriedade privada ou a competitividade) e certos atores e interesses (das classes dominantes, dos homens, dos brancos) do que para outros. Isso significa que as políticas públicas são parte de uma estrutura estatal classista e patriarcal, imperial e pós-colonial, que tem sua própria densidade e resiste às mudanças políticas (BRAND, 2011, p. 133)

No sentido do que foi exposto até aqui passaremos a debater os fundamentos do Estado moderno, bem como o contexto de seu desenvolvimento histórico e social, com objetivo de compreendermos quais os elementos de classe compõem tradicionalmente a estrutura estatal sobre a qual nos detivemos neste estudo.

## **2. O Estado Moderno e suas características fundamentais.**

O Estado burguês, que se estrutura em meio aos processos revolucionários e conflitos de interesses ao longo dos séculos XVI – XVIII desmonta as estruturas sociais e as classes hegemônicas consolidadas no contexto Europeu medieval(1500-1700) e consolida novas forças políticas, econômicas, sociais e ideais que irão balizar todo o desenvolvimento histórico da humanidade. “Há um caminho percorrido pela burguesia até a conquista do Estado. Estecaminho é construído por sua ação econômica revolucionária[...] esta ação vaicorroer as resistências aristocráticas, dobrar as monarquias e remover as obstruções” (Gurgel e Justem, 2011).

Nesse artigo, que não pretende encerrar o debate aqui delimitado, realizaremos uma análise dos processos de elaboração de políticas públicas voltadas para a educação no município de Paranaíba – MS à luz do Estado moderno e dos conflitos intrínsecos a esse processo. Tal qual a citação inicial nos apresenta, o Estado moderno tem por função a manutenção e, principalmente, a consolidação das classes dominantes historicamente, para nesse sentido, gerir e garantir seus interesses econômicos e políticos sobre a sociedade civil. Como caracterizam Marx e Engels no livro Manifesto do partido comunista,o Estado moderno (burguês) não é outra coisa “senão um comitê para gerir os negócioscomuns de toda a classe burguesa” (Gurgel e Justem, apud Marx e Engels, 1982: 23). Nesse contexto as políticas públicas e os processos de elaboração das mesmas são fundamentais para que possamos compreender as estruturas e agentes que encenam esses papéis.

“O Estado é um terreno de luta estruturado de uma maneira determinada, em que competem as diferentes forças sociais e políticas que tentam promover seus próprios interesses, identidades e valores[...] A concepção do Estado como relação social não pode referir-se exclusivamente às relações de força: deve-se considerar também os discursos generalizados, naturalizados na consciência das maiorias. Esse aspecto é chave para entender as relações de gênero e racismo” (BRAND,2011,p. 128)

Isto posto, é imprescindível para o desenvolvimento deste artigo que tenhamos claro o que se compreende mesmo por políticas públicas no sentido aqui debatido. Ainda que como um conceito que, a princípio, pode ser incipiente se pensar a totalidade complexa que se acopla ao debate das políticas públicas em suas variadas matrizes ideológicas e perspectivas políticas distintas, é importante delimitarmos, ao menos de modo introdutório, uma definição acerca do conceito de políticas públicas para, posteriormente, avançarmos em complexidade em sua definição e funções sociais.

As Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde” (SEBRAE-MG, 2008, p.7).

No entanto é necessário compreendermos que os conflitos de interesses e as múltiplas forças que agem dentro do Estado moderno são agentes centrais ao longo de todo o processo de elaboração e consolidação de políticas públicas. Assim sendo, tal qual afirma Brand, não é factível pensarmos o Estado como um agente neutro no conjunto das relações sociais;ao contrário, o Estado moderno se estruturou historicamente segundo interesses de uma determinada classe (a burguesia) e, por esse motivo, é que foi possível superar os entraves da sociedade medieval e transformar radicalmente o mundo em apenas alguns séculos. Para Brand:

O Estado não é um ator neutro que atua independentemente da sociedade[...] Parece-me mais produtivo concebê-lo como uma relação social que assegura há séculos as relações sociais dominantes. Além disso, em muitos casos o Estado organiza ativamente as forças dominantes (que estão também em uma relação de competição, como a burguesia) e desorganiza as forças mais frágeis e dominantes. O Estado “condensa materialmente” em suas estruturas, e por meio de políticas públicas, as contradições presentes na sociedade, ou seja, lhes dá forma para que se tornem viáveis e não rompam a coesão social (2011, p. 131)

Conforme apresenta Engels “O Estado é o produto e a manifestação do carácter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas” (ENGELS, 1977, p.4). A força propulsora mesma do Estado faz com que os interesses majoritários que estão presentes dentro da estrutura de poder das sociedades, sobretudo no pós-revolução industrial, sejam os das classes dominantes. A centralização de poderes dentro de uma estrutura que se baseia na força do aparato burocrático e militar são dois elementos que constituem o Estado burguês.

Como afirmam Gurgel e Justen, sobre o caráter de classe do Estado e suas representações no sentido da elaboração das políticas públicas:

Mais uma vez estaremos envolvidos com as perguntas que nos possam fazer distinguir as forças e seus pesos na correlação que se estabelece na construção de uma agenda de políticas públicas e suas formulações posteriores, além do jogo destas forças na implementação e na execução dessas eventuais políticas. Esse diálogo do marxismo com as políticas públicas tem como pano de fundo a política, portanto a luta pelo poder e por seu exercício. Ele pretende contribuir para a compreensão do que vêm de fato a ser as políticas públicas, do ponto de vista da dominação e da direção de classe, e em que condições essas políticas podem ser, no processo, uma arena, e no resultado um instrumento capaz de concorrer ou não a favor das transformações que motivam o marxismo (GURGEL e JUSTEN, 2011, p. 5)

É precisamente o que afirmam as autoras na citação que se pretende por em prática no presente artigo, ou seja, uma análise marxista do jogo de forças políticas na elaboração e implementação de políticas públicas. Buscar contribuir para a compreensão dos papéis representados pelas classes dominantes no sentido da dominação e do direcionamento de toda a estrutura do Estado como instrumento de poder e controle.

### **3. Políticas educacionais na municipalidade de Paranaíba – MS**

O objetivo desta seção é apresentar algumas contribuições ao debate e a avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Paranaíba, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil. Para contribuir com o debate utilizaremos como

material de base analítico o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação (2018-2019) que nos possibilita um olhar profundo sobre o desenvolvimento das ações e das metas estipuladas como parte das estratégias que visam o cumprimento das diretrizes municipais.

Elaborado em 2015 o Plano Municipal de Educação tem por função balizar as perspectivas municipais acerca do desenvolvimento da educação pública em três níveis, básico (educação infantil), fundamental e médio, o que diz respeito ao ciclo obrigatório de ensino estipulado pelo governo federal. Elaborado para o decênio 2015-2024 e aprovado sob a Lei Municipal nº 2030/2015 o plano visa “[...]garantir o direito à educação de qualidade, de forma que oMunicípio avance no atendimento educacional” (Relatório de avaliação do plano municipal de ensino, 2020, p. 01).

O relatório de avaliação, por sua vez, trata-se de um documento elaborado pela Equipe técnica do município e pela Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de 2020 que tem por objetivo “acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito educacional do município para saber se as metas estão sendo atingidas e se as estratégias estão contribuindo para esse fim” (idem) .

Nesse sentido, em se tratando de um trabalho que contém limites temporais e estruturais em sua elaboração teremos como foco analisar centralmente o tópico 5 do Plano Municipal de Educação, que trata das metas, análises e estratégias desenvolvidas para o município no que diz respeito ao ciclo de educação infantil (crianças de 0 a 5 anos de idade). O documento do relatório de avaliação do plano municipal será, portanto, referência central na elaboração desta seção de análise.

Nosso objetivo será, mais precisamente, analisar o tópico 1 do artigo 5 do documento do Plano Municipal de Educação, que por sua vez busca analisar as metas traçadas para a educação infantil no município de Paranaíba. No entanto faremos uma breve apresentação do plano com o objetivo de situarmos o leitor diante dos norteadores deste projeto, assim como das metas gerais estipuladas pelo mesmo e os principais elementos que participaram da elaboração do projeto. Para tanto citaremos de modo recorrente a letra do plano.

Assim, oArt. 2º.que refere justamente as diretrizes norteadoras do projeto no município, podemos localizar quais os elementos centrais que envolvem toda a elaboração textual do projeto de educação do município, a saber:

I. erradicação do analfabetismo; II. universalização do atendimento escolar; III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV. melhoria da qualidade da educação; V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País. (Plano municipal de educação, 2015, p.1)

É importante citarmos aqui, ainda, quais os órgãos responsáveis pela elaboração do projeto e suas respectivas atribuições na consolidação do mesmo. Conforme consta no Art. 3º ficam responsáveis pela implementação e consolidação do Plano Municipal de Educação as seguintes instâncias

“I. Secretaria Municipal de Educação –SEMED; II. Conselho Municipal de Educação –CME; III. Comissão de Valorização do Magistério –CVM; IV. Conselho Municipal das Pessoas com Deficiências –COMUD; V. Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB. (Plano municipal de educação, 2015, p.2)

Cito aqui o texto do Plano Municipal de Educação que trata especificamente dos objetivos voltados para a educação infantil, de modo a apresentar ao nosso leitor uma noção precisa do que está delimitado na letra do projeto e quais as relações que faremos a seguir baseadas nesses objetivos estipulados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED):

META 1 –EDUCAÇÃO INFANTIL. Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, progressivamente, 60% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME (Plano Municipal de Educação ano, 2015, p. 33)

Estas são as principais metas propostas pela secretaria municipal de educação para o município de Paranaíba a serem cumpridas de forma gradual entre o ano de 2015 (ano da proposição do plano municipal de ensino) até o ano de 2024, ano que se encerra este referido ciclo de vigência desta política pública.

Segundo o relatório de avaliação do PME, conforme consta na tabela de Indicadores de Meta (ver abaixo), segundo os indicadores 1A o percentual de crianças entre 4 e 5 anos de idade regularmente matriculadas na educação infantil é de 90% em 2019, enquanto que em 2017 era de 88%. Seguindo a progressão dos dados apresentados pelo relatório é possível (veja que afirmamos que é possível, não que de fato irá ocorrer desta forma), que ao final da vigência do PME, ou seja, em 2024 que o

município tenha 95% de crianças entre 4 e 5 anos de idade matriculadas na educação infantil.

<b>PARTE C - INDICADORES DA META</b>											
<b>FONTES</b>	<a href="http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica">http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica</a> Secretaria Municipal de Saúde – Paranaíba (população)										
<b>Indicador 1A</b>	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.							<b>Prazo:</b>	<b>2016</b>	Alcançou indicador?	<b>Não</b>
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
META PREVISTA %				100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada no período %				88%		90%					
Nº de matrículas				954		975					
População				1077		1078					
<b>Indicador 1B</b>	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.							<b>Prazo:</b>	<b>2024</b>	Alcançou indicador?	<b>Não</b>
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
META PREVISTA %				60%		60%					60%
Meta executada no período %				42%		49%					
Nº de matrículas				880		1042					
População				2108		2115					

(Fonte: Relatório de avaliação do plano municipal de ensino, 2020, p 6)

Já entre a faixa etária dos 0-3 anos os indicadores 1B apontam para uma possível superação das metas. Se levarmos em conta os dados de 2017 e 2019 e os analisarmos de modo comparativo depreende-se que entre os anos destacados (2017-2019) o crescimento proporcional de alunos matriculados foi de 7%, mantida essa média para os anos seguintes até a conclusão da vigência do PME, ou seja até 2024, podemos estimar que algo entre 63% das crianças desta faixa etária estarão matriculadas. Mesmo que essa média de crescimento do proporcional de crianças matriculadas possa sofrer algumas alterações, é provável que se atinja o objetivo estipulado para o decênio 2015-2024.

Por elaborarmos esta análise no ano de 2020 compreendemos que conseguimos analisar com prudência o desenvolvimento destas metas e quais as maiores fragilidades e avanços em relação as proposições contidas no documento analisado. Passados quase 6 anos desde as elaborações que deram vida ao Plano Municipal de Educação é possível afirmar que o projeto já apresenta elementos suficientes para traçarmos uma análise que ao menos consiga retratar, dentro do recorte temporal estipulado, aspectos centrais do

desenvolvido, ou não, das metas elaboradas no ano de 2015 para o período que se encerra em 2024. De tal forma é possível apresentarmos uma análise qualitativa acerca dos resultados encontrados por nós ao estudarmos o desenvolvimento do projeto citado.

O município conta com “13(treze) instituições de ensino[...], sendo 3(três) Centros de Educação Infantil e 7(sete) escolas municipais, que ofertam a Educação Infantil” (Plano municipal de educação, p. 34), assim a rede de atendimento voltada para a educação infantil pode ser mensurável sem que tenhamos de desenvolver um trabalho exaustivo de tão longa duração, se comparado a demais cidades e grandes capitais do país, o que é, obviamente, um facilitador ao desenvolvimento de pesquisas que se propõem a analisar a rede municipal de ensino.

É importante salientarmos aquilo que o documento prevê como a função social principal da educação infantil no município, que parte sem dúvida uma compreensão maior se pensarmos que o plano municipal deve se apoiar tanto nas diretrizes das esferas estaduais e federais sobre a mesma temática, a saber:

As instituições de ensino de educação infantil, cada vez mais necessárias têm a dupla tarefa a realizar: **cuidar e promover a educação da criança**, complementando a ação da família e da comunidade”(Plano municipal de educação, 2015, p. 36)

Ficam estipuladas, para o atendimento das metas acima citadas, uma série de 45 estratégias a serem desenvolvidas e constantemente analisadas pelas esferas responsáveis e órgãos gestores da educação no município. Reproduzo aqui duas das estratégias que buscam consolidar as duas primeiras metas estipuladas pelo plano para a educação infantil, a saber, “erradicação do analfabetismo e universalização do atendimento escolar” (2015):

1.2 garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência na educação infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;[...]

[...]1.17atender 50% da demanda manifesta por creche até 2020, 60% até 2022 e, progressivamente, atingir 70% até o final de vigência do PME, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais do município

Objetivando as metas estipuladas que apresentamos anteriormente, de cuidar e promover a educação das crianças do município, as estratégias acima citadas vão ao encontro da diminuição da distância média entre o grau de acesso ao ensino de crianças das distintas classes sociais. Ou seja, garantir que as crianças com renda familiar mais



baixa no município tenham no máximo até 10% menos de crianças matriculadas em escolas que a a mesma proporção entre as crianças das classes mais altas.

A estratégia que diz respeito ao aumento do número de creches no município pretende, de modo progressivo, suprir a demanda do município por espaços reservados a educação infantil e, desta forma, proporcionar maior igualdade entre a distribuição de matrículas e a proporção de crianças por faixas sociais distintas.

Ainda sobre as estratégias traçadas para o cumprimento das metas do decênio o relatório de avaliação do PME trás uma tabela (vide abaixo) que quantifica quais as estratégias obtiveram resultados positivos e quais obtiveram resultados negativos diante das finalidades para qual foram estipuladas e apresenta ainda aquelas que obtiveram apenas resultados parciais. Dentre as 45 metas analisadas até o ano de 2019, um total de 17 apresentou resultados positivos diante dos objetivos, 5 apresentam resultados negativos, enquanto outras 23 metas apresentam resultados parciais até a elaboração do relatório.

<b>PARTE D – MONITORAMENTO DAS ESTRATÉGIAS</b>			
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Total de estratégias</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>45</b>
<b>Sim</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>17</b>
<b>Não</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>5</b>
<b>Parcial</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>23</b>

(Fonte: Relatório de avaliação do plano municipal de ensino, p 9)

Essas estratégias estão listadas no relatório e analisadas, uma à uma, para verificação de objetivos. Reproduziremos aqui uma parte da tabela com as duas estratégias por nos analisadas, 1.1 e 1.17, afim de ilustrarmos com maior profundidade os dados aqui discutidos e citados. No entanto é possível verificarmos, ao nos depararmos com os dados do relatório, bem como, com o próprio PME que a viabilidade das metas é algo positivo dentro do projeto e da realidade socioeconômica do município. Nesse sentido, o movimento atual do conjunto dos educadores, pesquisadores, órgãos da gestão municipal e da comunidade escolar tem apresentado resultados positivos, ou ao menos, parcialmente positivos para o município.

Apresentamos agora os resultados do relatório de avaliação do PME acerca das duas estratégias por nós elencadas anteriormente para discutirmos o parecer apresentado no documento.

Prazo	Número e descrição da estratégia	Executou a estratégia?		
		2017	2018	2019
2024	<i>1.1 Participar do regime de colaboração com a União e o Estado para definição das metas de expansão da educação infantil, nas respectivas redes públicas de ensino, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.</i>		Parcial	Parcial
2024	<i>1.2 Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência na educação infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.</i>		Não	Não
2024	<i>1.17 Atender 50% da demanda manifesta por creche até 2020, 60% até 2022 e, progressivamente, atingir 70% até o final de vigência do PME, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais do município.</i>		Parcial	Parcial

(Fonte:Relatório de avaliação do plano municipal de ensino, p 10)

Ainda sobre os dados do município de Paranaíba – MS, segundo o parecer do relatório de avaliação do PME, “Nota-se que, diante dos dados apresentados o município tem avançado nas execuções das estratégias, mas há necessidade de investir em infraestrutura e aparato pedagógico” (relatório de avaliação do PME, 2020, p. 9). Nesse sentido ressaltamos a fundamental importância que apresentam os processos de avaliação e balanço constante das políticas públicas em desenvolvimento. Mesmo quando as estratégias estipuladas apontem para o cumprimento parcialmente dos objetivos traçados é necessário a constante avaliação do desenvolvimento dia a dia das estratégias nos espaços em que elas se desenvolvem justamente para localizarmos as demandas e adaptarmos os projetos.

## Conclusão

Diante do exposto ressaltamos que é de fundamental importância a participação e a elaboração conjunta das organizações da sociedade civil nos projetos e propostas desenvolvidas, não apenas no tocante a educação, porém em todas as esferas de elaboração de políticas públicas do Estado moderno. Como apresentamos em nosso desenvolvimento, o Estado não é um agente neutro, que busca se organizar em

igualdade segundo as estruturas da sociedade civil. Ao contrário, representa essencialmente os interesses das classes dominantes historicamente e busca, por tal modo, a garantia dos interesses econômicos e a manutenção do poder tal qual se consolidou ao longo da história.

De tal modo devemos enquanto pesquisadores, sociedade civil organizada, educadores, militantes etc. compreender o fundamento do Estado moderno para, assim nos localizarmos de forma coerente e assertiva no desenvolvimento e processos de avaliação e elaboração de políticas públicas, não apenas no tocante do campo educacional, mas em todas as esferas do jogo político.

Apresentamos estas contribuições como resultados que não buscam por sua vez encerrar o debate das políticas educacionais no município de Paranaíba- MS, mas apenas como parte de um movimento coletivo que busca contribuir para o desenvolvimento da educação pública no município. Compreendemos, portanto que o desenvolvimento deste trabalho tem ainda muito que amadurecer em elaborações e contribuições, no entanto, certo de que este é um passo importante para o amadurecimento do debate a nível local, deixamos aqui nossas contribuições e agradecimentos a todos que participaram desta pesquisa de forma direta e indireta.

Em especial no atual contexto político que atravessa o Brasil sabemos que a defesa incondicional da estrutura da educação pública é um dos principais deveres daqueles(as) que se dispõem diariamente a lutar contra os retrocessos e ataques aplicados pelas classes dominantes.

## Referências

- BRAND, Ulrich. **Estado e políticas públicas**: sobre processos de transformação, 2011.  
In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, Editora Libertária, Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- GURGEL & JUSTEM. Marxismo e políticas públicas. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt18-25/1029-marxismo-e-politicas-publicas/file>. Acesso em 10/11/2020.
- LEI N.º 2.030, DE 17 DE JUNHO DE 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Paranaíba. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14246533-Lei-n-o-2-030-de-17-de-junho-de-2015.html>. Acesso em: 05/09/2020.
- SEMED. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2020. Disponível em: [http://www.paranaiba.ms.gov.br/pme\\_2020/downloads/relatorio\\_de\\_avaliacao\\_2018-2019.pdf](http://www.paranaiba.ms.gov.br/pme_2020/downloads/relatorio_de_avaliacao_2018-2019.pdf). Acesso em: 10/01/2021.
- LENIN, V.I. O Estado e a revolução. Editorial Avante, 1977;
- WAHRENDORFF CALDAS, Ricardo. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.